

01/06/2011

## PCCR na Comissão de Finanças e Tributação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, na manhã de hoje, o Requerimento 21/2011, que solicita a realização de audiência pública com o intuito de discutir os Projetos de Lei 6613/2009 e 6697/2009 que alteram os planos de carreira dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e suas emendas, em especial as emendas que propõem as formas de remuneração pelo sistema de subsídio e de Gratificação de Desempenho Institucional – GDI.

O autor do requerimento, Deputado Reginaldo Lopes, argumentou que a audiência pública se faz necessária para que seja debatida a melhor forma de reajuste salarial das categorias em questão. O parlamentar, que também é autor das emendas do subsídio e da GDI, defendeu uma forma de remuneração mais justa, que diminua a disparidade existente entre os servidores. Argumentou, ainda, que o subsídio foi escolhido pela ampla maioria dos servidores do MPU e que acarretaria impacto financeiro inferior àquele proposto pelo projeto original.

O Deputado Policarpo, relator do PL 6613/2009 nesta Comissão, pediu encaminhamento pela rejeição do requerimento justificando que a Comissão não deveria debater o mérito das propostas, pois tal discussão já ocorreu anteriormente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e que a audiência só atrasaria a votação dos projetos. Disse que tem conversado com todos os setores interessados e afirmou que apresentará seu relatório na próxima terça-feira.

O Deputado Rui Costa buscou um consenso entre os debatedores, sugerindo a realização da audiência pública num prazo de até 15 dias, atendendo ao argumento de celeridade do Deputado Policarpo e ao anseio do Deputado Reginaldo Lopes.

O Deputado Pepe Vargas manifestou-se contrário à implementação do subsídio apenas para determinadas carreiras, aduzindo que votaria a favor do requerimento somente se a audiência pública fosse ampliada no sentido de incluir um debate acerca do subsídio como forma de remuneração de todo o funcionalismo público.

Reginaldo Lopes argumentou que concordaria com a ampliação temática da audiência desde que o ponto central da discussão continuasse a ser as emendas propostas aos projetos de reestruturação salarial.

Para se estabelecer um consenso entre os parlamentares, o Presidente da Comissão, Deputado Cláudio Puty, propôs a realização de uma audiência na qual o subsídio fosse alvo de discussão para todas as carreiras públicas, ficando mantidos os palestrantes específicos para debater a forma remuneratória dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

O requerimento foi aprovado.

Estiveram presentes à Reunião, dentre outros, representantes do Movimento Pró-Subsídio, do SITRAEMG e do SINTRAJUFE – RS.

*(Clara Souza)*

Esta matéria tem caráter informativo, sem cunho oficial.

Permitida a reprodução mediante citação da fonte.

Assessoria Parlamentar

Tribunal Superior do Trabalho

Tel. (61)3043-4572